

Presidente dos TSD-Açores diz que “a crise não passou” “Desemprego nos Açores é quase 20% mais alto do que se verificava em 2010”

O presidente dos TSD/Açores acusou o Governo Regional de viver “num estado permanente de propaganda”, não hesitando “em recorrer à meia verdade e até à mentira para tentar iludir os açorianos, quando temos a mais alta taxa de desemprego em Portugal”, avançou.

“Por exemplo, quanto mais insucessos se verificam nas políticas de promoção do emprego e de combate ao desemprego e à precariedade, mais notas informativas o Governo Regional emite para confundir os açorianos”, disse Joaquim Machado, esta manhã, em conferência de imprensa.

Para o social democrata, “é hora de dizer basta a esta despuorida manobra de propaganda, que pode iludir muitos açorianos, mas que em nada muda a dura realidade nas nossas ilhas”, afirmou.

“E a realidade é que temos a taxa mais alta de desemprego em Portugal – 8,2% contra 6,3% no país -, números apurados para o segundo trimestre do ano e que são os últimos publicados pelo Instituto Nacional de Estatística”, disse Joaquim Machado.

Para aquele responsável, há ainda outra coisa bem mais significativa: “os Açores ainda não saíram da crise. E basta comparar os números atuais com os de 2010, o ano antes de o país ter ficado à beira da bancarrota com a governação de José Sócrates”, desafiou.

“No país, a taxa regrediu para sensivelmente metade do que era há oito anos – 6,3% face a 10,8% -, enquanto nos Açores o desemprego é quase 20% mais alto do que se verificava em 2010. São mais 2100 açorianos desempregados”, frisou.

Joaquim Machado alertou para o facto de a taxa de desemprego ser apurada “trimestralmente, segundo critérios que vigoram para todos os estados da União Europeia. Pelo que as notas informativas que o Governo Regional



Sobre os mais de 20 programas ocupacionais, o social democrata considera-os “a prova última da incapacidade do Governo Regional em lidar com aquele problema social e económico”.

faz publicar com muita frequência, relativas ao número de desempregados inscritos nos centros de emprego, são manobras para confundir a opinião pública e não se referem efectivamente à taxa de desemprego”, explica.

“E também analisando esses dados, não encontramos motivos para regozijo, muito pelo contrário”, afirma o líder açoriano dos TSD, lembrando que, “em 2010, a média de inscritos nos centros de emprego da Região foi 6005 desempregados. Nos primeiros sete meses deste ano as inscrições ascendem a mais de 7300, 40% dos quais há mais de um ano”, refere.

Também no que toca a trabalhadores em programas ocupacionais “é forçoso concluir que os Açores ainda não saíram da crise”, reforça, criticando “a inexplicável, e até cínica, eufória do Governo Regional, já que se consi-

tata que triplicou o número de desempregados integrados nos programas ocupacionais, passando de 1413 para 4256”, revela Joaquim Machado.

Sobre os mais de 20 programas ocupacionais, o social democrata considera-os “a prova última da incapacidade do Governo Regional em lidar com aquele problema social e económico”.

“São milhares de açorianos sem emprego, mas muitos deles a trabalhar em repartições públicas, onde suprimem necessidades permanentes dos serviços, designadamente em estabelecimentos de ensino, onde chegam a substituir trabalhadores em greve, numa grosseira violação da lei”, lamenta.

Joaquim Machado falou ainda sobre o desemprego jovem na Região – relativo a indivi-

| TAXA DE DESEMPREGO | | |
|--------------------|-------|--------|
| | 2010 | 2019 |
| Portugal | 10,8% | 6,3% |
| Açores | 6,9% | 8,2% * |

* segundo trimestre

| DESEMPREGADOS | | |
|---------------|-------|--------|
| | 2010 | 2019 |
| Açores | 8.139 | 10.310 |

média anual

| DESEMPREGADOS INSCRITOS (Centros de Emprego) | | |
|---|-------|-------|
| | 2010 | 2019 |
| Açores | 6.005 | 7.382 |

média anual

| TRABALHADORES OCUPADOS | | |
|------------------------|-------|-------|
| | 2010 | 2019 |
| Açores | 1.413 | 4.256 |

média anual

duos dos 15 aos 24 anos -, “que atinge igualmente o valor mais alto do país, com 32,6%, quase o dobro da média nacional. E isso também não é um bom presságio para o futuro da nossa Região”, afirma.

“Temos de concluir que os Açores ainda não saíram da crise, e que a propaganda não corresponde à realidade. Em vez dessa propaganda, exige-se ao Governo Regional açoriano mais empenhamento e competência no desenvolvimento de políticas de combate ao desemprego e à precariedade laboral”, conclui o presidente dos TSD/Açores.

Alargados dias de caça ao Pombo-das-Rochas na ilha Terceira para minimizar impacto na agricultura

A Secretária Regional da Agricultura e Florestas revelou ontem que através da Direção Regional dos Recursos Florestais, decidiu alterar o caderno venatório 2019/2020 na ilha Terceira, permitindo a caça ao Pombo-das-Rochas todos os dias da semana, para minimizar os impactos desta espécie na agricultura.

A portaria ontem publicada em Jornal Oficial, que produz efeitos a partir de 1 de setembro, aumenta o número de dias de caça ao Pombo-das-Rochas de quatro para sete dias por semana, mantendo, contudo, o mesmo número de peças que cada caçador pode caçar, ou seja, 50 pombos.

O Governo Regional justifica esta decisão com o facto desta espécie estar a prejudicar os agricultores terceirenses e as suas culturas, pelo que importava tomar medidas mitigadoras.

Destes modo, a portaria ontem publicada retifica a portaria de 25 de junho, referente ao calendário venatório para a ilha Terceira entre 2019/2020.

Os calendários venatórios para as diferentes ilhas açorianas resultam da auscultação realizada aos parceiros do sector, refletindo o consenso que foi alcançado entre todas as partes envolvidas neste processo. O Governo dos Açores tem como principal objectivo garantir que a gestão dos recursos cinegéticos seja feita de uma forma sustentável, no respeito pelos princípios da conservação da natureza e do equilíbrio biológico e em articulação com as restantes formas de exploração da terra. A gestão dos recursos, além de se basear em estudos sobre a biologia e ecologia das espécies cinegéticas da Região e nos resultados de programas de monitorização de longa duração, que têm permitido perceber as variações na abundância das suas populações, também tem em consideração a consulta das organizações de caçadores, agricultores, produtores florestais e de defesa do ambiente, assim como o resultado de inquéritos de opinião realizados aos caçadores durante as jornadas, refere uma nota do GaCS.

